



ISSN 2763-6739



MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2025.24158>



Lucia Mara de Lima Padilha *

<https://orcid.org/0000-0001-5185-803X>



<http://lattes.cnpq.br/5174013325308101>



A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo apresentar um "Estado da Arte" sobre a interface entre Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola no Paraná. Trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada na análise bibliográfica de publicações acadêmicas que exploram essas três áreas. Elas compartilham desafios e abordam questões relacionadas à inclusão e diversidade educacional, oferecendo perspectivas essenciais para compreender e enfrentar as complexidades da educação inclusiva. A problemática central da pesquisa reside na necessidade de mapear e analisar como as publicações acadêmicas têm tratado a interseção entre Educação Especial, Educação do Campo e Educação Quilombola, evidenciando os principais enfoques, lacunas e contribuições da produção científica sobre o tema. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: inicialmente, realizou-se um levantamento de publicações entre 2015 e 2024, utilizando os descritores "educação especial e educação do campo", "educação especial e educação quilombola", "Educação Especial, Educação do Campo e Educação Quilombola" e "Educação Especial, Educação do Campo, Educação Quilombola e Paraná", na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), abrangendo teses e dissertações de programas de pós-graduação em educação. Em seguida, as publicações selecionadas

* Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGE/UEPG), professora do Departamento de Educação (DEED/UEPG) e professora da Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Inclusiva (PROFEI/UEPG). lmipadilha@uepg.br

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

foram revisadas por meio da leitura de títulos e resumos, seguida de uma análise dos documentos, com o objetivo de compreender como a interface entre essas áreas tem sido tratada na literatura acadêmica. Os resultados revelaram uma escassez de estudos que abordem, de maneira integrada, essa interface, destacando a necessidade de futuras investigações com foco específico no contexto paranaense.

Palavras-chave: educação especial; educação do campo; educação escolar quilombola; Paraná.

The interface between special education, field education and quilombola school education in Paraná

ABSTRACT: This study aims to present a "State of the Art" on the interface between Special Education from an Inclusive Perspective, Rural Education, and Quilombola School Education in Paraná. This is a qualitative research based on a bibliographic analysis of academic publications that explore these three areas. These fields share challenges and address issues related to educational inclusion and diversity, offering essential perspectives for understanding and addressing the complexities of inclusive education. The central issue of this research lies in the need to map and analyze how academic publications have addressed the intersection between Special Education, Rural Education, and Quilombola Education, highlighting the main focuses, gaps, and contributions of the scientific literature on the subject. The research was developed in two stages: initially, a survey of publications from 2015 to 2024 was carried out using the descriptors "special education and rural education," "special education and quilombola education," "Special Education, Rural Education, and Quilombola Education," and "Special Education, Rural Education, Quilombola Education, and Paraná," in the database of the Brazilian Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), encompassing theses and dissertations from graduate programs in education. Subsequently, the selected publications were reviewed by reading titles and abstracts, followed by a document analysis to understand how the interface between these areas has been addressed in the academic literature. The results revealed a scarcity of studies that comprehensively address this interface, underscoring the need for further research with a specific focus on the context of Paraná.

Keywords: special education; rural education; quilombola school education; Paraná

1. INTRODUÇÃO

A interface entre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a Educação do Campo e a Educação Escolar Quilombola no Brasil, especialmente no Estado do Paraná, apresenta desafios importantes relacionados à diversidade educacional e à inclusão. Cada uma dessas áreas envolve contextos específicos que, embora distintos, compartilham a necessidade de políticas e práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, promovam o acesso equitativo à educação e respeitem as particularidades culturais e sociais de cada grupo. Com o avanço das discussões sobre inclusão educacional no Brasil, torna-se essencial investigar como essas interfaces têm sido abordadas no campo acadêmico, para compreender as contribuições e lacunas existentes na literatura.

O presente estudo¹ tem como objetivo apresentar um "Estado da Arte" sobre a produção acadêmica que explora a interface entre Educação Especial, Educação do Campo e Educação Quilombola. A pesquisa bibliográfica busca fornecer um panorama das publicações existentes, destacando os principais temas, enfoques e metodologias empregados, além de identificar como essas áreas têm sido articuladas na literatura acadêmica. Dessa forma, espera-se evidenciar o impacto e as contribuições dessas abordagens para a compreensão das práticas inclusivas em contextos de diversidade educacional.

A questão central deste estudo concentra-se no levantamento e análise das publicações acadêmicas sobre a interface entre Educação Especial, Educação do Campo e Educação Quilombola. Em especial, a pesquisa procura responder à seguinte questão: como a produção acadêmica tem tratado essa interface no contexto do Paraná? Compreender essa questão é essencial para mapear as produções existentes, identificar as abordagens teóricas e metodológicas empregadas e revelar as lacunas que ainda precisam ser exploradas no campo da educação inclusiva.

¹ Desenvolvido no contexto do Grupo de Estudo e Pesquisa em Processos de Aprendizagem GEP-ProA, vinculado ao Programa de Extensão e Pesquisa em Processos de Aprendizagem (PEP-ProA) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e ao Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI/UEPG).

O estudo foi desenvolvido em duas etapas principais. Na primeira, foi realizado um levantamento de publicações entre 2015 e 2024 na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram selecionadas teses e dissertações de programas de pós-graduação em educação, que fornecem uma visão sobre como essas áreas têm sido discutidas no meio acadêmico. Na segunda etapa, foi feita uma análise detalhada dos títulos e resumos das publicações selecionadas, seguida de uma análise aprofundada dos documentos mais relevantes para compreender como a interface entre essas áreas tem sido tratada e o impacto dessas abordagens na literatura.

Assim, este estudo contribui não apenas para o avanço do conhecimento sobre a relação entre Educação Especial, Educação do Campo e Educação Quilombola, mas também oferece subsídios teóricos para futuras pesquisas que busquem promover a inclusão e a valorização da diversidade nas escolas rurais e quilombolas do Paraná.

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E A INTERFACE COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Os princípios que orientam a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008a) baseiam-se no entendimento de que a educação é um direito de todos e deve ser assegurada em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Esse direito universal é um dos fundamentos dessa política, considerando a educação como um bem público essencial, um direito humano fundamental e a base para a garantia de outros direitos. Nesse contexto, um sistema educacional inclusivo é descrito como

[...] aquele que desenvolve políticas, culturas e práticas na e para a diversidade, integrado por escolas genuinamente acessíveis e movidas por valores éticos, em que as diferenças são vistas como oportunidades de desenvolvimento das relações humanas e de aprendizagem. (Brasil, 2008a, p. 5).

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

Um ponto central da PNEEPEI é a definição clara do público-alvo, que inclui indivíduos com limitações de longo prazo de caráter físico, mental, intelectual ou sensorial. Essas pessoas enfrentam barreiras que dificultam sua plena participação na sociedade em condições de igualdade. Assim, o público-alvo da educação especial abrange alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008a).

Para garantir o atendimento desses estudantes, a PNEEPEI determina que, em todas as etapas e modalidades da educação básica, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) seja organizado de forma a apoiar o desenvolvimento dos alunos. Esse serviço é obrigatório nos sistemas de ensino, sendo oferecido no turno oposto ao das aulas regulares, na própria escola ou em centros especializados (Brasil, 2008a). O AEE promove a inclusão escolar, assegurando o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos no ensino regular ao “[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008a). Para tanto,

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008a).

Além de assegurar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, a política reforça a integração da *Educação Especial com a Educação do Campo*, assegurando que os recursos e serviços especializados também sejam incorporados aos projetos pedagógicos das escolas do campo.

A *Educação do Campo* recebeu destaque com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, especialmente no Artigo 28, que prevê adaptações curriculares para atender às especificidades da vida no campo. Esse artigo determina que: “Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua

adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região.” (BRASIL, 1996).

O Decreto 7.352/2010, que regulamenta a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), amplia a compreensão sobre quem são as populações do campo, às quais se destina a Educação do Campo, definindo-as como sendo:

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (Brasil, 2010).

No mesmo decreto, o parágrafo 2º especifica que a escola do campo é “[...] aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”. Essa definição reconhece a diversidade de contextos das escolas do campo e busca atender às necessidades das comunidades rurais, mesmo que a escola esteja localizada em áreas urbanas, desde que mantenha um compromisso com a identidade e a cultura dessas populações. Assim, a Educação do Campo deve valorizar a diversidade sociocultural dessas comunidades, propondo modelos educacionais específicos para cada realidade.

No Paraná, a Resolução nº 4783/2010 - GS/SEED da Secretaria de Estado da Educação (SEED), institui a Educação do Campo como uma política pública educacional voltada para as necessidades da população rural. A resolução determina que as Escolas do Campo devem estar inseridas em comunidades ligadas ao trabalho com a terra e contar com infraestrutura adequada para o ensino e a aprendizagem. (Paraná, 2010). Além disso, a SEED é responsável por promover políticas públicas que assegurem a qualidade dessa modalidade educacional, oferecendo formação continuada aos educadores e integrando práticas de Agroecologia nas atividades escolares.

Atualmente, o Paraná conta com cerca de 800 Escolas Municipais do Campo, sendo que mais da metade são multisseriadas. O estado também possui mais de 540 Escolas e Colégios Estaduais do Campo, que atendem grupos variados, incluindo

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

assentados, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores sem-terra. Entre essas escolas, destacam-se as Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense, as Escolas Itinerantes e os Colégios de Assentamento da Reforma Agrária².

Nesse contexto, a integração entre a Educação Especial e a Educação do Campo é essencial para garantir a inclusão dos estudantes com necessidades especiais que vivem em áreas rurais. A Resolução CNE/CEB nº 2/2008, que estabelece diretrizes complementares para o atendimento da Educação Básica do Campo, reforça essa prioridade ao determinar que crianças e jovens com necessidades especiais no campo devem ter acesso à Educação Básica, preferencialmente em escolas comuns da rede regular (BRASIL, 2008b).

Em relação à interface com a *Educação Escolar Quilombola*, que fazem parte da população do campo, a PNEEPEI (2008a) reconhece o direito à diferença e valoriza a diversidade cultural e a especificidade étnico-racial das comunidades quilombolas, compreendendo-as como direitos e instrumentos de promoção humana.

No Brasil, as políticas educacionais para a população negra ganharam destaque após a Constituição Federal de 1988. Um avanço significativo ocorreu com a Lei Federal 9.394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), seguida pela Lei Federal 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de temas relacionados à cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica.

Com a promulgação da Lei Federal 10.639 de 2003, as escolas assumiram a responsabilidade de reconhecer as diferenças e contribuir para a construção da igualdade social. Cabe a elas acolher, reconhecer e valorizar os vínculos históricos e culturais, revisando os conteúdos de seus currículos e projetos pedagógicos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004).

Essas diretrizes destacam a importância de reconhecer e valorizar a história do povo negro, essencial na formação da identidade brasileira. Para alcançar esses

² Dados disponíveis em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/educacao_campo_parana

objetivos, os conselhos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem adaptar as diretrizes às suas realidades, respeitando o regime de colaboração e a autonomia federativa. Igualmente, é fundamental promover a formação inicial e contínua dos professores, estimular a pesquisa e incentivar o engajamento comunitário (Brasil, 2004).

O parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP nº 3/2004) e a Resolução CNE/CP 1/2004 estabeleceram que a educação das relações étnico-raciais deve ser um núcleo dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino. Em complemento, a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, define que as Instituições de Ensino Superior devem incluir nos conteúdos curriculares a Educação das Relações Étnico-Raciais e o tratamento de questões ligadas aos afrodescendentes (BRASIL, 2004). Conforme expresso no §1º do art. 1º:

Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações étnico-raciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena com a temática da Lei 11645/08 (BRASIL, 2004).

Adicionalmente, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Resolução nº 8/2012, estabeleceu as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, assegurando um currículo diferenciado e voltado para as práticas culturais e religiosas dessas comunidades. O Art. 9 da resolução estipula que as escolas, tanto em territórios quilombolas quanto aquelas que atendem alunos dessas comunidades, devem seguir as DCNs para a Educação Escolar Quilombola. Os Artigos 31 e 32 recomendam a participação ativa da comunidade na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas quilombolas:

Art. 31 O projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações:

- atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

comunidades quilombolas;

- ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar.

Art. 32 O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas (Brasil, 2012, p. 12).

Assim, a Educação Escolar Quilombola requer uma pedagogia adaptada às especificidades étnico-culturais de cada comunidade e uma formação específica para seu corpo docente, em consonância com os princípios constitucionais, a base nacional comum e os fundamentos da Educação Básica no Brasil. O Capítulo IV das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, no Art. 50, inciso I, enfatiza a importância da formação inicial de professores que atuarão em escolas quilombolas, assegurando essa formação desde os cursos de licenciatura (Brasil, 2012, p. 16).

Por fim, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, sancionado pela Lei federal 13.005/2014, estabeleceu como diretriz a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação" (Brasil, 2014, p. 7). O novo PNE (2024-2034) também reforça o papel fundamental da educação na promoção da equidade e da justiça social, especialmente nas comunidades quilombolas, reconhecendo as discriminações raciais, sociais e econômicas que ainda afetam o acesso dessas populações a uma educação de qualidade.

No Eixo III – Educação, Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade, o PNE ressalta o papel fundamental que a educação desempenha na promoção da equidade e da justiça social, incluindo a educação nas comunidades quilombolas. Pois, essas populações, devido à sua trajetória de resistência e exclusão, enfrentam discriminações de ordem racial, social e econômica, o que impacta diretamente seu acesso a uma educação de qualidade. Assim, este eixo destaca que é preciso:

[...] garantir, para todas as pessoas, com deficiência, para pessoas negras, indígenas, quilombolas, do campo, LGBTQIAPN+ acesso, permanência e aprendizagem nas redes públicas, da creche até a pós-graduação, enfrentando os altíssimos índices de evasão ao longo da educação básica, e,

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

sobretudo, garantindo que cada escola seja território de direitos, valorizando os projetos político-pedagógicos (PPPs) pelo exercício da gestão democrática, com promoção à participação dos(as) estudantes, e de toda comunidade na vida de crianças, adolescentes e jovens.(Brasil, 2024).

O novo Plano Nacional de Educação (PNE) reforça o compromisso de garantir acesso, permanência e aprendizagem para todos, independentemente de deficiência, raça, etnia, orientação sexual ou contexto geográfico, evidenciando a relevância da interface entre a *Educação Especial*, a *Educação do Campo* e a *Educação Escolar Quilombola*. Esse enfoque valoriza a escola como um espaço educacional inclusivo e democrático, onde os projetos político-pedagógicos (PPPs) refletem o exercício da gestão participativa.

No âmbito da Educação do Campo e Quilombola, a inclusão torna-se ainda mais essencial para respeitar as especificidades culturais e sociais das comunidades, ao mesmo tempo em que a Educação Especial assegura que as pessoas com deficiência encontrem o suporte necessário para seu desenvolvimento. Ao unir esses três campos educacionais, o PNE aponta para um modelo de escola que acolhe, valoriza e representa a diversidade, promovendo a participação ativa de estudantes e da comunidade na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de enfrentar os altos índices de evasão e fortalecer a cidadania para todas as populações historicamente marginalizadas.

Desta forma, o novo PNE (2024-2034) reforça a necessidade de consolidar a educação como um direito universal, garantindo acesso, permanência e aprendizagem para todas as populações historicamente marginalizadas. Para isso, é imprescindível que as políticas educacionais enfrentem os altos índices de evasão escolar e promovam a inclusão em todos os níveis de ensino, desde a creche até a pós-graduação.

3. A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A INTERFACE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentada na análise bibliográfica de publicações acadêmicas que exploram a interface entre as três áreas em foco. De acordo com Triviños (1987) o método qualitativo busca compreender a complexidade e subjetividade dos fenômenos sociais, culturais e humanos, por meio da coleta e análise de dados não estruturados, como entrevistas, observações, análise de documentos, entre outros. Já a pesquisa bibliográfica é definida por Gil (2002) como pesquisa que é feita com base em materiais previamente produzidos, principalmente consistindo de livros e artigos científicos.

Assim, a pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório de levantamento, que implica a coleta de informações sobre o universo estudado e fornece dados gerais para outras pesquisas. A metodologia adotada facilita a compreensão da realidade e permite a quantificação dos fenômenos observados, conforme aponta Gil (2002). O Estado da Arte integra o conjunto de pesquisas conhecidas como revisão bibliográfica ou revisão de literatura. Conforme explica Severino (2007), na pesquisa bibliográfica aproveita-se o acervo de pesquisas anteriormente realizadas, que são registradas em materiais impressos como livros, artigos e teses.

O estudo foi conduzido em três fases principais. Inicialmente, realizou-se um estudo bibliográfico sobre os temas em questão e a legislação educacional vigente; posteriormente foi realizado o levantamento dos trabalhos publicados no banco de dados da CAPES³, abarcando teses e dissertações em língua portuguesa e na área

³ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

da educação. As pesquisas consideradas neste levantamento foram publicadas entre 2015 e 2024 e identificadas por meio dos descritores “*educação especial e educação do campo*”, “*educação especial e educação quilombola*”, “*Educação Especial, Educação do Campo e Educação Quilombola*” e “*Educação Especial, Educação do Campo, Educação Quilombola e Paraná*”, enfocando a temática central proposta. O recorte temporal se deu em razão da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Seguindo as diretrizes de acessibilidade, os quadros serão descritos no parágrafo anterior, conforme realizado por Lamas (2021), para divulgar essa prática e tornar o texto acessível, uma vez que leitores de tela utilizados por pessoas com deficiência visual não reconhecem imagens.

3.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados setenta trabalhos relacionados aos descritores “*educação especial e educação do campo*”. Entretanto, ao aplicar o recorte temporal de 2015 a 2024 e limitar a análise aos programas de pós-graduação em Educação, destacam-se apenas oito estudos. Esses trabalhos abordam a interface entre Educação Especial e Educação do Campo, e, em alguns casos, incluem também a Educação Escolar Quilombola.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1, que compila o levantamento de pesquisas no site da CAPES com a combinação dos seguintes descritores “*Educação Especial e Educação do Campo*”. As pesquisas encontradas estão organizadas em cinco colunas: a primeira indica o ano da publicação, a segunda o autor, a terceira o título da pesquisa, a quarta a instituição e a quinta o nível do trabalho.

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

Quadro 1: Levantamento descritores: Educação Especial e Educação do Campo

Ano	Nome	Título	Instituição	Nível
2016	Christiano Felix dos Anjos	Realidades em contato: construindo uma interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo	Universidade Federal do Espírito Santo	Mestrado
2017	Ernane Ribeiro Kuhn	A Educação Especial na Educação do Campo: as configurações da rede municipal de ensino	Universidade Federal de Santa Maria	Mestrado
2017	Washington Cesar Shoiti Nozu	Educação Especial e Educação do Campo: entre porteiras marginais e fronteiras culturais	Universidade Federal da Grande Dourados	Doutorado
2021	Ana Cristina de Sousa dos Santos	Práticas de professores em interface Educação Especial e Educação do Campo em uma instituição especializada	Universidade do Estado do Pará	Mestrado
2021	Christiano Felix dos Anjos	Cartografando as interfaces educação especial e educação do campo: desvelando epistemologias, produção de existências e saberes creíveis	Universidade Federal do Espírito Santo	Doutorado
2022	Silvia Iris Afonso Lopes	Entre o que se fala e o que se cala na Educação Especial nas escolas do campo: inclusão e contradição	Universidade Tuiuti do Paraná	Doutorado
2023	Eliane do Socorro Oliveira Ribeiro	Políticas, indicadores socioeducacionais e produções científicas da Educação Especial do Campo no estado do Pará	Universidade do Estado do Pará	Doutorado
2023	Juliano Bicker Pereira	Educação Especial na Educação do Campo: diálogos sobre práticas pedagógicas inclusivas em salas multisseriadas	Universidade Federal do Espírito Santo	Mestrado

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisas no banco de dados da CAPES.

As pesquisas, apresentadas no Quadro 1, concentram-se em universidades federais e estaduais com atuação em programas de pós-graduação em Educação, distribuídas por várias regiões do Brasil. Os estudos oferecem uma perspectiva regional sobre os desafios e avanços no atendimento a alunos com necessidades especiais em contextos rurais, refletindo as especificidades culturais e políticas de cada localidade. A seguir, detalham-se essas pesquisas:

O estudo de Christiano Felix dos Anjos *“Realidades em contato: construindo uma interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo”* explora a interface entre Educação Especial e Educação do Campo por meio de um estudo de caso etnográfico. Com o objetivo de identificar interações e desafios na implementação de práticas inclusivas em ambientes rurais, a pesquisa analisa documentos escolares, como o Projeto Político-Pedagógico, e realiza observações diretas em sala de aula. A

amostra incluiu duas salas de aula e diversos documentos institucionais, enquanto os métodos principais foram análise documental e observação participante, o que permitiu um olhar detalhado sobre as práticas educativas e os desafios enfrentados por professores e alunos. Os resultados mostram que práticas avaliativas convencionais, como provas diferenciadas, acabam reforçando a segregação entre alunos da Educação Especial e seus colegas, limitando a inclusão. O estudo aponta a importância de uma abordagem colaborativa entre os educadores para promover soluções coletivas e práticas inclusivas mais eficazes.

A pesquisa de Ernane Ribeiro Kuhn “*A Educação Especial na Educação do Campo: as configurações da rede municipal de ensino*” (2017), adota uma metodologia qualitativa para explorar a interface entre educação especial e educação do campo, motivada pela falta de estudos sobre necessidades educacionais especiais em escolas rurais. O estudo teve por objetivo entender como essas escolas atendem alunos da educação especial, focando em uma instituição na zona rural de Santa Maria/RS com a maior concentração desses alunos. A coleta de dados incluiu o uso de Microdados do Censo Escolar, análise descritiva, entrevistas com uma professora de educação especial e observação direta. Os resultados revelam uma estrutura de apoio limitada e práticas inclusivas insuficientes para atender plenamente os alunos da educação especial. Além disso, o estudo aponta que o fechamento de escolas rurais e a transferência de alunos para áreas urbanas prejudicam a integração e destaca a necessidade de políticas específicas para uma inclusão mais eficaz no contexto rural.

A pesquisa de Washington Cesar Shoiti Nozu, “*Educação Especial e Educação do Campo: entre porteiras marginais e fronteiras culturais*” (2017), explora as barreiras culturais e estruturais que afetam a integração da Educação Especial em contextos rurais. Realizada com uma abordagem qualitativa e etnográfica, analisa a interface entre Educação Especial e Educação do Campo em três escolas rurais de Paranaíba/MS. Utilizando uma rede discursiva como ferramenta metodológica, o estudo inclui observação de campo, análise documental e entrevistas com professores, coordenadores e gestores. O foco está nas práticas e discursos sobre inclusão, com ênfase nas salas de recursos multifuncionais e nos profissionais

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

envolvidos. Os resultados indicam uma inclusão parcial nas nessas salas, onde alunos com diferentes dificuldades, frequentemente sem laudos formais, recebem atendimento. A pesquisa evidencia a dificuldade de acesso a laudos médicos, o que restringe o reconhecimento formal desses alunos na Educação Especial, destacando a necessidade de políticas inclusivas adaptadas ao contexto rural e de maior suporte para práticas especializadas.

O estudo de Christiano Felix dos Anjos *“Cartografando as interfaces educação especial e educação do campo: desvelando epistemologias, produção de existências e saberes credíveis”* (2021) utiliza uma abordagem qualitativa com base na cartografia simbólica, explorando a interface entre educação especial e educação do campo em contextos rurais e quilombolas. Guiado pela sociologia das ausências e emergências de Boaventura de Sousa Santos, o trabalho busca entender como as políticas públicas e as práticas pedagógicas dialogam com as necessidades de inclusão e diversidade nesses ambientes, considerando os desafios impostos pela realidade local. A pesquisa analisa produções acadêmicas (dissertações e teses) sobre o tema e realiza entrevistas semiestruturadas com autores dessas produções, permitindo uma visão detalhada das práticas inclusivas e dos obstáculos enfrentados. Os principais resultados revelam uma significativa falta de suporte e adaptações pedagógicas adequadas para atender às demandas inclusivas das comunidades quilombolas e rurais, destacando a necessidade de fortalecer o diálogo entre a academia e as comunidades locais para uma educação inclusiva que respeite as particularidades culturais e territoriais.

A pesquisa de Ana Cristina de Sousa dos Santos *“Práticas de professores em interface Educação Especial e Educação do Campo em uma instituição especializada”* (2021), explora a interface entre Educação Especial e contextos rurais, analisando como professores da educação especializada lidam com essa interação. A metodologia é qualitativa, com ênfase em entrevistas e observações para captar as perspectivas e rotinas dos profissionais educacionais. Essa abordagem sustenta uma análise intercultural, fundamentada na Teoria Crítica Intercultural, com o objetivo de compreender a relação entre as práticas docentes, as necessidades dos alunos e os desafios específicos do ambiente educacional rural. A amostra foca em professores

envolvidos em programas de educação especializada em áreas rurais, especialmente aqueles que atendem alunos ribeirinhos com deficiência na região amazônica. Entrevistas e observações trouxeram percepções valiosas sobre como os professores adaptam suas práticas ao contexto cultural e às necessidades educacionais dos alunos. Os principais resultados revelam desafios significativos, como a falta de recursos e apoio especializado, que dificultam a inclusão efetiva de alunos com deficiência em contextos rurais. Os achados destacam a necessidade de maior investimento em formação e recursos adaptados às áreas rurais e culturalmente diversas, a fim de promover práticas inclusivas.

O estudo de Silvia Iris Afonso Lopes “*Entre o que se fala e o que se cala na Educação Especial nas escolas do campo: inclusão e contradição*” (2022), com uma abordagem qualitativa, investiga como as práticas de educação especial são implementadas em escolas quilombolas rurais, destacando os desafios e avanços na educação inclusiva nesses contextos específicos. A pesquisa foca em duas escolas localizadas em comunidades quilombolas e adota entrevistas semiestruturadas e observação participante para capturar as perspectivas dos professores e as práticas diárias em sala de aula. Os principais resultados revelam limitações como recursos insuficientes, falta de capacitação dos professores em educação especial e desafios para alinhar a inclusão com as práticas culturais quilombolas. No entanto, o estudo também identifica adaptações bem-sucedidas, como redes de apoio comunitário e compartilhamento de recursos entre escolas, que ajudam a suprir as necessidades locais. A pesquisa reforça a importância de políticas que respeitem a identidade cultural quilombola e que promovam uma educação inclusiva efetiva e adaptada ao contexto rural.

A pesquisa de Eliane do Socorro Oliveira Ribeiro “*Políticas, indicadores socioeducacionais e produções científicas da Educação Especial do Campo no estado do Pará*” (2023), adota uma abordagem mista, combinando análise documental e bibliográfica para explorar a situação da Educação Especial em áreas rurais do Pará. O estudo examina documentos políticos e normativos, como leis e resoluções, além de indicadores socioeducacionais que ajudam a contextualizar as condições educacionais das populações rurais com deficiência. O objetivo central é compreender

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

como as políticas educacionais e os recursos se articulam para promover a inclusão nas áreas rurais, mapeando tanto os avanços quanto as lacunas. Entre os principais resultados, a pesquisa destaca uma carência de suporte direcionado e recursos especializados, o que revela falhas nas políticas de inclusão voltadas para essas populações. A análise sugere a necessidade urgente de maior investimento e de políticas educacionais adaptadas às especificidades culturais e socioeconômicas do Pará rural, considerando as barreiras geográficas e a escassez de recursos. Esses achados reforçam a importância de estratégias inclusivas que respeitem as particularidades regionais, promovendo uma educação inclusiva mais eficaz e alinhada às necessidades das comunidades rurais.

A dissertação de Juliano Bicker Pereira “*Educação Especial na Educação do Campo: diálogos sobre práticas pedagógicas inclusivas em salas multisseriadas*” (2023) investiga a integração entre Educação Especial e Educação do Campo em salas multisseriadas, focando em práticas pedagógicas inclusivas para atender alunos com deficiência em áreas rurais. Utilizando uma metodologia qualitativa e pesquisa-ação colaborativa, o estudo envolve professores em um processo de adaptação de estratégias pedagógicas para melhorar a inclusão. A amostra inclui educadores e alunos de uma escola em Domingos Martins, Espírito Santo. Os resultados indicam que, apesar das dificuldades estruturais e da falta de recursos especializados, o trabalho colaborativo entre educadores e a adaptação das práticas pedagógicas são eficazes para promover a inclusão. O estudo conclui que práticas inclusivas ajustadas à realidade rural e desenvolvidas em colaboração têm o potencial de aprimorar o atendimento educacional em contextos do campo.

Em síntese, os oito trabalhos apresentados, evidenciam uma crescente preocupação em adaptar a Educação Especial ao contexto rural e quilombola, destacando-se por abordagens metodológicas diversificadas e focadas nas especificidades culturais e estruturais desses ambientes. As pesquisas revelam avanços e barreiras comuns, como a escassez de recursos especializados e de formação contínua para os educadores, que impactam diretamente a inclusão e o desenvolvimento de práticas pedagógicas efetivas.

Ao mesmo tempo, essas pesquisas ressaltam a importância da colaboração

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

entre educadores e da adaptação curricular como estratégias para promover a inclusão em áreas rurais. Esses estudos contribuem para a reflexão sobre políticas públicas e práticas educacionais que respeitem a diversidade e as particularidades regionais, demonstrando a necessidade de políticas direcionadas e investimentos que consolidem uma educação inclusiva e equitativa para as populações do campo e quilombolas.

Dando continuidade à análise, no levantamento com os descritores “*educação especial e educação quilombola*”, foram identificados onze estudos. Com base no recorte temporal e restringindo-se aos programas de pós-graduação em Educação, destacam-se quatro trabalhos principais. O Quadro 2, a seguir, compila essas pesquisas, encontradas no site da CAPES, e apresenta as informações organizadas em cinco colunas: ano de publicação, autor, título da pesquisa, instituição e nível.

Quadro 2: Levantamento descritores: Educação Especial e Educação Quilombola

Ano	Nome	Título	Instituição	Nível
2021	Rúbia Cristina Lima Nóbrega Rocha	Escola Quilombola Alto Alegre: interfaces entre a Educação Quilombola e a Educação Especial	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Mestrado
2023	Daniel Freitas Viana	Educação Especial e Educação Quilombola em Presidente Kennedy/ES	Universidade Federal do Espírito Santo	Mestrado Profissional
2015	Juliana Vechetti Mantovani Cavalcante	A educação da pessoa com deficiência em comunidades remanescentes de quilombos no estado de São Paulo	Universidade Federal de São Carlos	Doutorado
2018	Roanne Priscila Castro Almeida	Projeto político e projeto pedagógico de escolas quilombolas amapaenses: contextualizando as altas habilidades/superdotação	Universidade Federal de São Carlos	Mestrado

Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisas no banco de dados da CAPES.

O Quadro 2 reúne estudos relevantes sobre a interface entre Educação Especial e Educação Quilombola. As pesquisas concentram-se em quatro instituições de ensino, que incluem tanto universidades estaduais quanto federais. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e a Universidade Federal do Espírito Santo são representadas em nível de Mestrado e Mestrado Profissional, destacando o papel dessas universidades em produzir conhecimento aplicado a comunidades quilombolas no Espírito Santo e na Bahia. Em nível de Doutorado e Mestrado, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) também se destaca, com dois estudos focados em

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

comunidades quilombolas de São Paulo e Amapá, contribuindo para um aprofundamento acadêmico das especificidades do contexto quilombola e da educação inclusiva para altas habilidades e superdotação.

Cada pesquisa explora uma perspectiva distinta, refletindo as peculiaridades regionais e os desafios enfrentados para promover a inclusão em escolas quilombolas. A seguir, são detalhadas as principais contribuições de cada estudo:

A pesquisa *"Escola Quilombola Alto Alegre: interfaces entre a Educação Quilombola e a Educação Especial,"* desenvolvida por Rúbia Cristina Lima Nóbrega Rocha em 2021, adota uma abordagem qualitativa para explorar a interface entre a educação escolar quilombola e a educação especial, focalizando as práticas educativas em comunidades quilombolas. Os objetivos da pesquisa centram-se em compreender como a educação escolar em comunidades quilombolas integra aspectos da educação especial, com o intuito de promover uma educação inclusiva e culturalmente sensível. A metodologia envolveu entrevistas e observação direta para captar as práticas de educadores quilombolas que atuam com alunos em situação de inclusão, especialmente em contextos onde questões culturais influenciam o processo educativo. Entre os principais resultados, destaca-se que os professores da escola quilombola adaptam suas práticas para atender tanto às necessidades culturais dos estudantes quanto às necessidades educacionais específicas. A pesquisa conclui que há uma necessidade significativa de suporte e capacitação adicional para que as escolas quilombolas integrem plenamente práticas inclusivas e interculturais no atendimento educacional.

A dissertação de Daniel Freitas Viana *"Educação Especial e Educação Quilombola em Presidente Kennedy/ES"* (2023), emprega uma abordagem qualitativa para explorar os processos de inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial em duas escolas localizadas em territórios quilombolas em Presidente Kennedy, ES. Os objetivos da pesquisa incluem analisar políticas educacionais municipais com foco na Educação Especial e Educação Quilombola, entender a relação entre as comunidades e o ambiente escolar e identificar os desafios enfrentados no processo de escolarização desses estudantes. A metodologia inclui pesquisa exploratória e uma abordagem qualitativa detalhada com análise documental

e entrevistas. Os principais participantes incluem lideranças das comunidades quilombolas, professores e profissionais da educação. Os resultados destacam as dificuldades enfrentadas pelas comunidades, como a falta de recursos e formação especializada, e propõem uma rede de escuta e apoio pedagógico para fortalecer as práticas inclusivas. Além disso, a dissertação sugere um modelo de formação continuada para educadores em contextos quilombolas, que visa promover uma compreensão mais abrangente da interface entre Educação Especial e a realidade cultural dessas comunidades.

A pesquisa de Juliana Vechetti Mantovani Cavalcante “*A educação da pessoa com deficiência em comunidades remanescentes de quilombos no estado de São Paulo*” (2015), analisou a realidade das pessoas com deficiência nas comunidades quilombolas de Eldorado, São Paulo, com foco em suas experiências de vida, o papel das escolas e as relações com a comunidade. Utilizando uma abordagem qualitativa e etnográfica, a metodologia envolveu visitas de campo às comunidades, observação direta, entrevistas com as famílias e a equipe escolar, além de registros em diário e fotografias. O mapeamento incluiu nove comunidades, selecionadas por sua relevância na inclusão de pessoas com deficiência. Entre os principais resultados, a pesquisa destacou as dificuldades de acesso à escola e aos serviços de saúde, além dos obstáculos que a infraestrutura local impõe. Foi constatada uma carência de políticas públicas e serviços especializados que atendam de forma adequada a essas comunidades.

A pesquisa de Roanne Priscila Castro Almeida “*Projeto político e projeto pedagógico de escolas quilombolas amapaenses: contextualizando as altas habilidades/superdotação*”, analisou os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de duas escolas quilombolas no Amapá para verificar se atendem alunos com altas habilidades e superdotação. A coleta de dados seguiu quatro etapas: seleção, leitura crítica, fichamento e categorização de temas, focando nas especificidades de duas escolas estaduais quilombolas situados em áreas rurais de Macapá e Santana. Os resultados indicaram que há uma necessidade de adaptação e atualização nos PPPs para incluir práticas pedagógicas que identifiquem e valorizem plenamente as habilidades dos alunos. A pesquisa sugere que a inclusão efetiva desses estudantes requer ações

A interface entre educação especial, educação do campo e educação escolar quilombola no Paraná

Lucia Mara de Lima Padilha

pedagógicas mais direcionadas e especializadas.

Em síntese, os trabalhos apresentados refletem uma produção acadêmica diversificada, abordando políticas públicas, práticas pedagógicas e adaptações curriculares. A análise revela uma diversidade geográfica e temática, evidenciando o crescente interesse em adaptar práticas inclusivas às especificidades culturais e sociais das comunidades quilombolas, reforçando a importância de uma educação contextualizada e inclusiva.

Em relação à pesquisa com os descritores "*educação especial*," "*educação do campo*" e "*educação quilombola*," o levantamento revelou uma produção ainda escassa, com apenas dois trabalhos encontrados, ambos fora da área específica de Educação, mas que exploram aspectos importantes para a compreensão das práticas inclusivas nesses contextos. Desses, apenas um trata diretamente do tema: o estudo de Diego Henrique Machado Gabriel (2020), intitulado "Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Interfaces entre Educação Especial e Educação do Campo Quilombola no município de Posse – GO". No entanto, este trabalho, foi realizado no Mestrado em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, explora as políticas de inclusão para alunos quilombolas com necessidades especiais em um contexto rural.

A presença de estudos em outras áreas reflete o interesse em temas relacionados à inclusão, mas a ausência de trabalhos diretamente vinculados ao campo educacional evidencia uma lacuna significativa na produção acadêmica, especialmente na área da educação.

Por fim, o levantamento utilizando a combinação dos descritores "*Educação Especial*," "*Educação do Campo*," "*Educação Quilombola*" e "*Paraná*" não resultou em estudos, evidenciando uma lacuna significativa na produção acadêmica sobre esse contexto. Esses resultados indicam uma escassez de pesquisas diretamente focadas na interfac. e entre Educação Especial, Educação do Campo e Educação Quilombola no Paraná

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou a interface entre a Educação Especial na perspectiva inclusiva, a Educação do Campo e a Educação Escolar Quilombola, revelando a complexidade e os desafios de implementar políticas educacionais inclusivas em contextos rurais e quilombolas. A análise da produção acadêmica sobre o tema, entre 2015 e 2024, mostrou que, apesar dos avanços nas políticas de inclusão, ainda existem lacunas significativas na literatura, com poucos estudos que abordem de maneira específica o atendimento das necessidades culturais e pedagógicas dessas populações.

Uma descoberta importante foi a ausência de pesquisas com os descritores combinados "educação especial," "educação do campo" e "educação quilombola", na área da educação. Quando o recorte foi limitado ao Paraná, a lacuna na literatura tornou-se ainda mais evidente, sem registros de estudos focados diretamente nessa interface. Essa ausência de publicações sugere uma carência de investigações voltadas para a análise de práticas pedagógicas e de políticas educacionais que atendam às especificidades culturais e sociais das comunidades quilombolas paranaenses, apontando para uma área promissora para futuras pesquisas.

A contribuição deste estudo, ao apresentar um estado da arte sobre publicações relacionadas à diversidade e inclusão em áreas rurais e quilombolas, é significativa para o campo da educação. Esse levantamento amplia a compreensão sobre as abordagens acadêmicas existentes e oferece subsídios teóricos que podem orientar a adaptação de políticas e práticas educacionais a essas realidades específicas. No entanto, reconhece-se que o estudo possui limitações devido ao recorte temporal adotado, além de não incluir produções presentes em outras plataformas de pesquisa.

Espera-se que este trabalho inspire novas pesquisas e contribua para o fortalecimento de uma educação escolar inclusiva que acolha e valorize a diversidade, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades de desenvolvimento em um ambiente educativo que respeite suas origens e necessidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf . Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Acesso em: 30 out. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm acesso em 30/10/2024. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf . Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. **Define que as Instituições de Ensino Superior devem incluir nos conteúdos curriculares a Educação das Relações Étnico-Raciais e o tratamento de questões ligadas aos afrodescendentes**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> . Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> . Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. **Institui diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf . Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -**

PRONERA. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm .
Acesso em: 30 out. 2024.

PARANÁ. Resolução nº 4783, de 28 de outubro de 2010. **Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional com vistas à garantia e à qualificação do atendimento escolar aos diferentes sujeitos do campo, nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2010. Disponível em:
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=69377&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012. Disponível em:
https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf
Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 30 out. 2024.

LAMAS, S. A. **"Nada sobre nós, sem nós": o debate sobre acessibilidade no contexto do desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis em destinos costeiros.** 2021. Tese (Doutorado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: . <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46670> . Acesso em: 30 out. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.